



A FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DAS ESCOLAS RURAIS DE MATO GROSSO DURANTE O ESTADO NOVO¹

Karoline Aparecida Soares do Nascimento² – karolinne2017@gmail.com

GT 13: História da Educação

Resumo

Este trabalho apresenta resultados finais da pesquisa sobre a formação do corpo docente das escolas rurais de Mato Grosso durante o Estado Novo. Tem como objetivo geral pesquisar e investigar, respectivamente, nas produções acadêmicas, livros e obras memorialísticas, nos arquivos públicos e documentos sobre as escolas primárias rurais no cenário nacional e regional durante tal período. Os objetivos específicos consistiram em ler e se apropriar do referencial teórico que foi importante para subsidiar a análise dos documentos, além de socializar a pesquisa em publicações e apresentações de eventos científicos. A temática desta pesquisa faz-se muito importante, pois ela visa contribuir para a compreensão de parte da história da educação no que diz respeito a formação do corpo docente. No período do Estado Novo houve uma ampliação no número de escolas rurais. Tal acontecimento estava também associado aos debates educacionais motivados pelo Ruralismo Pedagógico, termo que teve grande repercussão em Mato Grosso. A pesquisa realizada é de cunho científico e historiográfica. O estudo está embasado em uma análise exploratória e, para dar conta do objeto de pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico, com a análise de documentos localizados no acervo virtual do grupo GEM da UFMT.

Palavras-chave: Formação docente; Ruralidade; Cultura escolar.

1. Introdução:

Durante o período do estado novo (1937-1945), em Mato Grosso, a situação das escolas rurais e o ruralismo pedagógico tiveram bastante destaque no VIII Congresso Nacional de Educação. E este destaque, deve-se a necessidade de atenção que as escolas precisavam naquele período, por conta da situação vivenciada em relação às condições de ensino e de estrutura física, pois essas escolas estavam passando por momentos difíceis. Deste modo é preciso entender como essas escolas rurais de mato grosso funcionavam, e saber quais eram exatamente as situações em que elas se encontravam, para assim entender o trabalho dos docentes nessas escolas. Ademais, é de suma importância que se tenha conhecimento sobre a formação do docente que lecionava nessas escolas rurais, pois diferentes das escolas urbanas, as escolas rurais necessitavam naquela época de um professor que fosse especializado e tivesse uma formação que o habilitasse para lecionar em uma escola da zona rural. Essa necessidade de se ter uma formação especializada rural para o professor, teria suas influências para diminuir do êxodo das populações das zonas rurais para as zonas urbanas, pois com o ensino especializa

¹ Trata-se de resultado de pesquisa científica realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFMT/CNPq. 2020-2021. Sob a orientação da professora Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá.

² Bolsista PIBIC/UFMT/CNPq. 2020-2021.



as populações teriam mais aproveitamento da oportunidade de trabalho que o meio em que elas vivem fornecem para elas sem a necessidade de se deslocar para as zonas urbanas, e aprender sobre elas para então terem mais possibilidades de aumentar suas rendas.

2. A formação do corpo docente das escolas rurais de Mato Grosso Durante o estado novo

As informações localizadas, nos arquivos do GEM, em documentos referentes a formação dos docentes das escolas rurais de Mato Grosso durante o período do estado novo (1937 a 1945), possibilitam uma construção da situação da formação e do trabalho dos professores nas escolas rurais e da situação dessas escolas naquela época, para que se possa entender sobre a formação dos docentes durante esse período.

Em relação ao ano de 1937 o autor Julio G. Vaz Cerquinho, do município Ponta Porã de Mato Grosso, que participou do VIII Congresso Brasileiro de Educação de 1942, também traz em seu trabalho de 1937, intitulado ‘Pelo Ensino Rural’, a necessidade de uma formação especializada nos conhecimentos rurais para os professores que trabalham ou pretendem trabalhar nas escolas rurais. Segundo o autor:

A escola que mais convém ao Brasil, é a escola Primaria Rural Que como O nome dela indica, é uma Escola que funcionará nas zonas ruraes [sic], ministrando o ensino primário-rural. [...] Com os mestres ruraes devidamente instruídos para a verdadeira função da mentalidade rural do Brasil, estariam perfeitamente assegurados os ensinos rural e primário [sic]. (CERQUINHO, 1937, p. 05)

É positivamente possível e fácil crear-se um typo [sic] de mestre que ambiente os alumnos [sic] aos meios ruraes [sic] e ainda mais, despertar até nos alumnos das zonas urbanas o interesse pelas zonas ruraes.[...] O Ministerio [sic] da Agricultura organizará cursos especializados, afim de que os actuaes mestres primários, se adaptem aos conhementos [sic] ruraes propriamente ditos e nas Escolas Normaes [sic] do Paiz [sic], serão creadas [sic] cadeiras especializadas de agricultura e veterinaria, cadeiras que integrarão os Corpos Docentes, com o objetivo de formar novos contingentes de professores primários ruraes. (CERQUINHO, 1937, p. 07)

Neste documento, Cerquinho (1937) apresenta uma solução para evitar o “êxodo das populações infantis e juvenis, das zonas ruraes para as urbanas”, defendendo que:

[...] somente o ensino sob fórmula de internato e as demais fórmulas citadas nas respostas do 1º thema e mais a formação de professores primário-ruraes, teriam o dom de ensinar lá no campo e assim evitaríamos o êxodo das populações infantis e juvenis, das zonas ruraes para as urbanas. (CERQUINHO, 1937, p. 08)

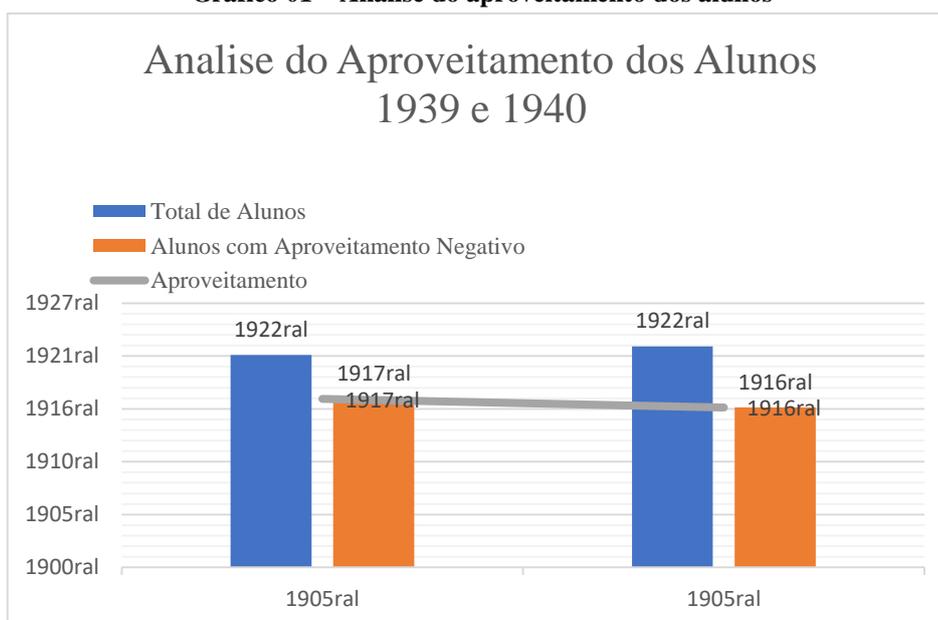
Segundo os dados estatísticos e informações fornecidos pelo diretor do departamento estadual de estatística de Cuiabá - MT Gervásio Leite (1942), em seu trabalho, sobre Aspecto Mato-grossense do Ensino Rural, para as comunicações do VIII Congresso Nacional de Educação, pode-se fazer um comparativo entre o número de matrículas, o aproveitamento dos



alunos em relação aos ensinos e números de professores que estavam lecionando nas escolas rurais de Mato Grosso entre os anos de 1935 e 1940. De acordo com o autor em 1939 o número de matrículas estaduais de crianças nas escolas foi de 20563 que representa 15,29% da população de crianças. Deste número 8045 são as matrículas de crianças nas escolas rurais representando 39,12% em relação ao total de matriculados. Os professores que ministravam o ensino totalizavam 256 onde 76 eram normalistas e 180 leigos. E 79,32% (aproximadamente 6382) dos alunos matriculados nas escolas rurais teve um aproveitamento negativo dos estudos. Já em 1940, segundo Leite (1942), houve um pequeno aumento no número de matrículas, onde nas escolas rurais totalizavam 8364, representando 39,94%. Os professores que ministravam as aulas totalizavam 260 sendo 94 normalistas e 166 não – normalistas. Nesse ano 6052 alunos tiveram aproveitamento negativo e apenas 1468 tiveram um bom resultado. Em relação a esses números o autor afirma que “São os números imparciais que revelam a trágica situação do ensino, entregue à incúria e à indiferença de professores que não compreendem sua missão sublime”.

Com base nos dados fornecidos por Leite (1942) representados no gráfico abaixo, pode-se observar que do ano de 1935 para o ano de 1940 houve uma pequena queda no número de alunos com aproveitamento negativo, porém a baixa nos números em um período de 5 anos não foi muito significativa como mostra o gráfico:

Gráfico 01 – Análise do aproveitamento dos alunos



Fonte: Gráfico elaborado pela autora (2021).



Os dados obtidos na pesquisa referentes ao ano de 1938, são advindos do Ofício n.º 586 de Francisco A. Ferreira Mendes, Diretor Geral da Instrução Pública, para o Secretário Geral do Estado, em 15 de dezembro de 1938, Cuiabá. Os dados informam sobre as condições e situações enfrentadas pelas escolas rurais de Mato Grosso onde vários professores lecionavam.

De acordo com o ofício de Mendes (1938) foram inspecionadas 89 escolas rurais que estavam situadas em toda a região de Mato Grosso e distribuídas nos municípios de Cuiabá, Santo Antônio, Livramento, Poconé, Rosário Oeste e Diamantino:

Tabela 01 – Número de escolas rurais em Mato Grosso 1938

Municípios de Mato Grosso	Número de Escolas Rurais no Ano de 1938
Cuiabá	41
Santo Antônio	15
Livramento	06
Poconé	07
Rosário Oeste	16
Diamantino	04
Total de escolas rurais	89

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2021)

Mendes (1938) ressalta no ofício a necessidade do município de Diamantino, em criar mais escolas rurais:

Pela extensão territorial do município de Diamantino e densidade de sua população, torna-se urgente a criação de outras escolas nos distritos rurais, afim de atender o grande número de crianças em idade escolar que se encontram em diversos povoados, sem receber as primeiras noções do ensino primário fundamental. (MENDES, 1938, p. 02)

Sobre os Prédios escolares das escolas das zonas rurais de Mato Grosso o autor do ofício fala da situação em que alguns deles se encontram e apresenta uma medida a ser tomada pelo Governo do Estado:



A construção de casas destinadas às escolas nas zonas rurais, de conformidade com as exigências das modernas conquistas pedagógicas e tendo-se também em vista o aumento progressivo da nossa população, acelerado pelo grande número de pessoas que nos têm procurado ultimamente, devido a atraente indústria de garimpagem de pedras preciosas, representa no momento, o maior problema da instrução pública em nosso Estado e do qual defluem os demais que são quase todos dependentes. De toda a zona percorrida, em quase uma centena de escolas, apenas as situadas nas cidades e vilas, ainda com alguma exceção, acham-se instaladas em prédios próprios funcionando as rurais em casebres infectos, mal arejados e sem o mínimo conforto para os alunos e seus preceptores. Acho que o Governo do Estado deveria entrar em entendimento com as Prefeituras, no sentido de conseguir que estas se comprometam a mandar construir casas apropriadas, nas localidades previamente escolhidas, para serem instaladas as escolas rurais. (MENDES, 1938, p. 02)

Mendes (1938) também fala sobre o mobiliário das escolas rurais da época:

É este outro assunto que exige muito boa vontade dos Poderes Públicos, para que sejam as nossas escolas rurais, urbanas e mesmo as Escolas Reunidas, providas de mobiliário escolar, que corresponda às necessidades do ensino; por que não se concebe que uma criança que freqüente [sic] uma escola para aprender a ler e a escrever, possa fazê-lo mal acomodada, de côcoras ou mesmo assentada em um toco ou caixão desengonçado, tirando-lhe todo o estímulo e gosto pela escola e os professores por mais hábeis e esforçados que sejam, pouco ou nada poderão fazer em benefício dos seus alunos, privados dos mais rudimentares elementos. (MENDES, 1938, p. 02)

Outra informação referente ao ano de 1938 se encontra no trabalho da mestranda em educação Dayane Santos Silva Dalmaç (2013) sobre o ruralismo pedagógico e a educação no campo que fala da campanha de Getúlio Vargas durante seu governo:

Em 1938, o governo Vargas lançou uma campanha de incentivo à vida no meio rural. Isto ocorreu pelo receio que houvesse um inchaço das cidades, e ao mesmo tempo, incentivar as populações mais pobres a migrarem para o interior. (DALMAZ, 2003, p. 02)

No ano de 1942, aconteceu o VIII Congresso Brasileiro de Educação Associação Brasileira de Educação (ABE), em junho de 1942 na cidade de Goiânia – (GO). Segundo o Serviço Gráfico do I. B. G. E. (1944) a Associação Brasileira de Educação (ABE) teve como fundador Heitor Lira, sua sede se localizava no Rio de Janeiro. A primeira conferência da ABE aconteceu no ano de 1927 em Curitiba, e teve a organização do ensino primário como tema. Do ano de 1927 a 1942 aconteceram 8 congressos, foi no oitavo congresso, em Goiânia, que o ensino rural teve destaque nos debates. O congresso contou com a participação de vários autores do Brasil dentre eles estão Gervásio Leite e Julio G. Vaz Cerquino que são de Mato Grosso e em seus trabalhos trazem debates voltados para a educação rural de todo o estado e seu interior.



No trabalho divulgado no VIII Congresso Nacional de Educação, Leite (1942) traz as seguintes observações em relação a formação dos professores e as dificuldades enfrentadas pelas escolas rurais de Mato Grosso:

Entregue ao teorismo vão dos preconizadores de reforma por amor à reforma, o ensino rural ficou por muito tempo entregue ao acaso das medidas artificiais, à indiferença do professor e a um método e programa de ensino eminentes urbanos, levando à zona rural a indiferença e o desinteresse pelos problemas fundamentais do meio ao qual a escola servia. (LEITE, 1942, p. 04)

A escola rural é assim de pequeno rendimento, em geral, pelas dificuldades decorrentes da matrícula de alunos de todos os graus [sic] de atendimento, falta de direta orientação do professor, falta de fiscalização, falta de material, falta de estímulo ao docente. (LEITE, 1942, p. 05)

Leite (1942) também destaca que “A escola rural precisa ser, diferente da escola urbana. E diferentes precisam ser, também, o professor, o programa, o método, o prédio”. De acordo com o autor “[...] a instabilidade do professor, que não tendo preparo especializado para ‘ensinar’ na zona rural desconhece as possibilidades da região e as reações humanas típicas, não podendo sentir as necessidades do meio”, por isso a necessidade do professor que trabalha nas escolas das zonas rurais ter uma formação que o habilite para lecionar nas escolas rurais.

O autor traz também em sua obra a importância de uma finalidade para o ensino rural e a urgência de uma reforma na organização do ensino de Mato Grosso:

Porquê o ensino rural tem, ou deve ter, um fim: ensinar a população rural a aproveitar eficientemente as possibilidades econômicas de sua região mercê da prática de medidas adequadas: agrícolas, higiênicas, econômicas, sociais. [...] Urge, por isso, reformar a atual organização do ensino mato-grossense regido, ainda, por um Regulamento de 1927! (LEITE, 1942, p. 10)

De acordo com seu trabalho publicado no VIII Congresso Brasileiro de Educação do ano de 1942, tal reforma do ensino teria que ser embasada nos seguintes aspectos:

1- preparo especial do professor para tal fim; 2- reorganização do quadro de inspetores pela criação de ‘inspetores técnicos regionais’, especialmente preparados; 3- transformação das escolas de letras, nas zonas rurais, em escolas profissionais agrícolas, diferenciando o currículo das escolas urbanas, pela diminuição, em extensão, do ensino de letras e desenvolvimento do ensino paralelo de atividades práticas úteis à população do campo. (LEITE p. 81, 1942)

A partir dos debates gerados no oitavo Congresso citado acima, houve um destaque também para a questão do “ruralismo pedagógico”. Na dissertação produzida por Dalmaz (2013) encontramos menção para alguns teóricos que produziram estudos e obras relacionadas com este tema. Dentre os autores mencionados está a autora Adonia Antunes Prado, que traz em seus estudos uma caracterização do ruralismo pedagógico:



O ruralismo pedagógico pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam idéias [sic] que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pôde perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional. (PRADO, 1995, p. 01)

Em relação à formação dos professores a autora Dalmaz (2013) traz o seguinte questionamento “O que se pode esperar do aluno dessa escola tão desarticulada, desse professor desestimulado e sem formação?”. Esse questionamento foi feito pela autora após mencionar o trabalho de Gervásio Leite (1942), que via como necessidade a formação especializada rural para os professores.

Em relação a essa especialização o professor Sud Mennucci, em seu trabalho para o oitavo Congresso, intitulado de O professor primário nas zonas rurais, no tópico de Formação, fala que:

É preciso, portanto, um novo tipo de professor, formado numa escola normal de outro gênero, isto é, uma escola normal especializada, que se preocupe em preparar um mestre com amplos e seguros conhecimentos de agricultura, de indústrias rurais, de economia rural [...]. [...] Uma escola normal urbana nunca será capaz de produzir professores dêsse [sic] tipo. [...] Não quero, neste passo, citar exemplos mas posso afirmar que a experiência já foi feita mais de uma vez e fálhou invariavelmente. Só dão resultados os estabelecimentos criados expressamente para o preparo do mestre rural. (MENNUCCI, 1942, p. 291)

Em relação ao ano de 1944 há o relatório de Francisco Alexandre Ferreira Mendes que no ano em questão era o Diretor da Instrução Pública, enviado para o Presidente do estado de Mato Grosso no dia 25 de fevereiro deste mesmo ano. No relatório Mendes (1944) fala sobre a preparação profissional dos professores até o ano de 1942, que era ministrado pelo “curso especializado”, de modo que:

Como nos anos anteriores, foi prospera a situação do ensino primário mato-grossense no ano findo, realizando de acordo com os preceitos pedagógicos o seu objetivo. O ensino primário é ministrado pelos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Distritais, Urbanas, Rurais, Noturnas e Regimentais. O ensino de preparação profissional dos candidatos ao magistério primário, foi até os anos de 1942 ministrado pelo CURSO ESPECIALIZADO para Professores, sob a direção do Diretor do então Liceu Cuiabano, não tendo funcionado no último ano, em virtude de ordem superior. (MENDES, 1944, p. 01)



Segundo Mendes (1944) “As escolas isoladas que ficam distantes mais de 3 km da sede do município são rurais e o seu curso é de 2 anos”, que eram consideradas isoladas rurais estavam distribuídas em 20 cidades de Mato Grosso em grande parte delas estavam

Localizadas em pontos afastados, muitas de acesso difícil, a inspeção das Escolas Rurais é feita pelos Inspectores Gerais do Ensino, um para a zona norte e outro para a zona sul do Estado – ‘Art. 157 do Regulamento da Instrução Pública’. De acordo com o mesmo Regulamento, Art. 159, os Inspectores Gerais do Ensino têm residência, o da zona norte na Capital e o da zona Sul na cidade de Campo Grande. Além destes, são encarregados também, da inspeção das Escolas urbanas e rurais, os inspetores distritais, Art. 174 do Regulamento da Instrução Pública, as autoridades policiais dos distritos respectivos, os diretores dos Grupos Escolares e Escolas Reunidas, Art. 171, n.º 6, do mesmo Regulamento, e os Prefeitos Municipais e Promotores Públicos e seus adjuntos em virtude do Decreto Lei n.º 262, de 29 de Março de 1939. (MENDES, 1944, p. 15)

Com as informações fornecidas por Mendes (1944) é possível observar na tabela abaixo o número de escolas rurais existentes em Mato Grosso no ano de 1944. Nela, é possível perceber que a dificuldade de acesso de muitas dessas escolas também limitavam as informações sobre como funcionavam:

Tabela 02 – Número de escolas rurais em Mato Grosso 1944

Cidade	Nº de escolas rurais	Cidade	Nº de escolas rurais
Alto Araguaia	01	Diamantino	01
Alto Madeira	Não informado	Guiratinga	04
Araguaiana	Não informado	Herculânea	02
Aquidauna	02	Leverger	01
Cáceres	01	Miranda	01
Caiuás	01	Paranaíba	01
Campo Grande	02	Poconé	01
Cocais	01	Poxoréu	Não informado
Corumbá	05	Rosário Oeste	01
Cuiabá	08	Três Lagoas	04



Total de Escolas Rurais	37
-------------------------	----

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2021)

A situação da saúde da população rural de Mato Grosso era bem precária e de acordo com o relato de Mendes essa situação se refletiu negativamente nas escolas rurais pois muitas deles tiveram que ser interrompidas:

Como é do conhecimento de V.Excia. a população rural de Mato Grosso, vive à mingua de recursos médicos, valendo-se quase que somente da charlatanice. Sem a menor noção de higiene, vivendo os alunos em promiscuidade nas escolas, a verminose e outras doenças contagiosas encontram campo fértil para a contaminação. E a verdade desta afirmativa tê-la à V. Excia. no aspecto lastimável de centenas de crianças magras, anemiadas (sic), freqüentando as escolas rurais do Estado, com uma aparência de descorçoamento e tristeza, parecendo um vencido no meio da natureza exuberante do território pátrio. Poderíamos lembrar a V. Excia. se assim nos permite, a conveniência de realização de uma caravana médica, com enfermeiros, percorrendo os núcleos rurais, uma, duas vezes ao ano, administrando medicamentos e conselhos de higiene, salvando numerosas crianças, saneando o sertão, tudo dentro das possibilidades econômicas do Estado. No decorrer do ano findo observaram-se as mesmas anomalias e tão acentuadas foram elas, que, grande número de escolas rurais tiveram o curso interrompido, com graves prejuízos para o renome da instrução matogrossense [sic]. (MENDES, 1944, p. 18)

Sobre a contratação de professores no estado, Mendes afirma que por certo período de tempo não foi realizado concurso para que as vagas dos magistérios fossem preenchidas deste modo como afirma o autor:

Há mais de um lustro que se não efetua no Estado o concurso para preenchimento efetivo das vagas existentes no magistério primário. Decorre este fato de ter o Governo do Estado aguardado até o presente a solução do problema da regulamentação do ensino primário no Brasil, a cujo estudo o Ministério da Educação vem procedendo. A unificação do ensino, de primeira vista, parecia a solução viável e acertada. Entretanto, considerando-se o aspecto educacional brasileiro e as condições mesológicas do país (sic), é de ver-se a grande diferença de vida, hábitos e costumes, a oporem barreiras à essa unidade sob o ponto de vista didático-administrativo. (MENDES, 1944, p. 18)

Em relação à permanência dos professores nas escolas primárias Mendes traz as seguintes informações:

Cumpram portanto, ao Governo do Estado legislar sobre a matéria, estabelecendo regras decisivas para os concursos, revogando os numerosos Decretos existentes que só têm servido para estabelecer dificuldades na classificação dos candidatos ao preenchimento efetivo das vagas do magistério primário. Esta medida que julgamos urgente, tem também grande finalidade, a de estimular o professor. O que se nota, é um protecionismo descabido por parte da direção de muitos estabelecimentos primários, como prêmio ao comodismo de professoras que, assim, se dedicam mais



aos seus interesses particulares, com injusta preterição de colegas, sério prejuízo para o escolar e grave responsabilidade para a administração do ensino. Do que vai exposto, é lamentável dizer-se, saem do curso primário, candidatos aos Cursos de Admissão ao Ginásio, sem nenhuma base, nada conhecendo dos princípios rudimentares de Aritmética, Geografia e História Pátria, cujo estudo de memória, feito apressadamente prejudica seriamente o aluno. Geralmente, o professor, apresentando o seu pedido de licença, abandona imediatamente o exercício, aguardando o resultado favorável. Durante todo o tempo que leva o processo a ser solucionado pela autoridade competente, permanece a classe vaga. Se o Diretor do estabelecimento distribui os alunos em diversas classes, atrai para si o descontentamento do professor que se julga sobrecarregado, e os alunos na maioria das vezes, ficam prejudicados pelo descaso do professor. (MENDES, 1944, p. 19)

Mendes ainda propõe uma solução para esta situação que estava prejudicando principalmente aos alunos:

Como solucionar-se o caso? Ou restabelecendo a faculdade cometida aos Diretores de Grupos Escolares e Escolas Reunidas pelo Regulamento da Instrução Pública em seu Art. 171, n.º 9, ou manter o Art. 155, do mesmo Regulamento, n.º 3, letra b), disposições essas revogadas pelo Decreto n.º 51 de 9 de Março de 1936, do então Governador do Estado. É o que nos parece acertado sob todos os pontos de vistas, pedagógico e administrativo, e que evitarão o êxodo dos alunos para outros estabelecimentos de ensino, muitas vezes de ensino privado remunerado, com prejuízo do bom nome da instrução pública. (MENDES, 1944, p. 20)

Deste modo, era evidente a preocupação que se tinha em relação as escolas e a formação dos professores, pois além de melhores condições de ensino era preciso que os docentes tivessem uma especialização que aprimorasse sua profissionalidade e o capacitasse ainda mais e especificamente para lecionar nas escolas rurais.

3. Conclusão

Dos resultados da pesquisa pode se concluir que as escolas rurais de Mato Grosso que funcionavam durante o período do Estado Novo, se encontravam em situações muito complexas em relação a contratação de professores habilitados que era algo muito difícil naquela época. Como pode-se observar nas informações coletadas os professores que lecionavam nas escolas rurais eram muitas vezes formados nas Escolas Normais ou na maioria não possuíam formação, eram leigos.

Durante a pesquisa, não foi possível constatar informações sobre quantas eram as escolas normais destinadas a formar professores rurais. Outras situações que as escolas rurais enfrentavam eram em relação aos prédios destinados ao ensino, que muitas das vezes se



limitava a casa dos próprios professores, espaços que se mostraram muito precário assim como o mobiliário.

Toda essa situação dos professores que trabalhavam nas escolas rurais e não tinham uma formação especializada rural, afetavam diretamente a população rural. Em vista disso foi que as escolas rurais e o ruralismo pedagógico ganharam destaque nacional no VIII Congresso Nacional de Educação (1942) e, em Mato Grosso também.

Após esse destaque começaram a surgir propostas de soluções para resolver estes problemas de modo que foram localizados apenas dois relatórios que relatam uma solução, cuja proposta e medida foi adotada pelo Diretor Geral de Mato Grosso na época, Francisco Alexandre Ferreira Mende, respectivamente nos anos de 1943 e 1944 após a realização do congresso de 1942.

4. Referências

CERQUINHO, Julio G. Vaz. Pelo Ensino Rural. Ponta Porã (MT), 1937

DALMAZ, Daiane Santos Silva. Campanha Nacional da Educação Rural, Ruralismo pedagógico e a Educação do Campo: Rupturas e continuidades. Brasil: 2013.

LEITE, Gervásio. Aspecto Mato-Grossense do Ensino Rural. Brasil, 1942.

MENDES, Francisco Alexandre Ferreira. APMT lata 1938. Cuiabá (MT), Diretoria Geral da Instrução Pública nº 586, 15 dez. 1938

_____. APMT – Impresso. Cuiabá (MT), 25 fev. 1944.

MENNUCCI, Sud. O Professor Primário das Zonas Rurais: Formação, Aperfeiçoamento, Remuneração e assistência. Goiânia (GO), 1942.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. Buenos Aires; Clasco 1995. Disponível em: <
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/adonia4.htm> > Acesso em:
05 fev. 2020